Revista LES
LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
ISSN 2526-8449 (eletrônica)

CAMINHOS E DESAFIOS DO ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: SOB UMA PERSPECTIVA COTISTA

Cristhyan Kaline Soares Mineiro[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Gabriela Novaes Santos[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sol Alves de Lima[3]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO
As políticas de ações afirmativas surgem como instrumentos de enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira, em especial nas áreas educacionais e acadêmicas. No contexto da pós-graduação, tais políticas buscam ampliar o acesso e promover a permanência de estudantes historicamente sub-representados, contribuindo para a diversidade e a democratização do conhecimento. Este trabalho, produzido por três alunas cotistas, visa apresentar os resultados do perfil dos estudantes beneficiários das ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), com base nos dados coletados e analisados pela Comissão de Ações Afirmativas em 2024. A pesquisa identifica características socioeconômicas, raciais, de gênero e territoriais dos discentes, permitindo traçar um panorama sobre as trajetórias de ingresso e permanência no programa. Além disso, o estudo discute os impactos das políticas afirmativas na promoção da equidade acadêmica e na construção de práticas institucionais inclusivas, fornecendo subsídios para o fortalecimento contínuo das ações afirmativas no âmbito do PPGAS/UFRN.
Palavras-chave: Ações Afirmativas; Comissão de acompanhamento; Pós-Graduação; Permanência estudantil; Cotistas.

PATHS AND CHALLENGES IN MONITORING AFFIRMATIVE ACTION POLICIES

ABSTRACT
Affirmative action policies emerge as instruments to confront the historical and structural inequalities that mark Brazilian society, especially in educational and academic spheres. In the context of graduate studies,

[1] Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora e estudante de pós-graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Endereço para correspondência: Campus Universitário, Natal, RN, Brasil, CEP: 59078-970. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2900-7973. E-mail: cristhyanksilva@gmail.com.
[2] Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduada em Ciências Sociais (UFPB). Integra o projeto "Histórias de Quilombo" (Unila/UFPB) desenvolvendo métodos de pesquisa compartilhados em territórios quilombolas da Paraíba, com foco nas relações étnico-raciais, território e gênero. Endereço para correspondência: Campus Universitário, Natal, RN, Brasil, CEP: 59078-970. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5613-7538. E-mail: gabrielanovaesantos@gmail.com.
[3] Mestra e Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora e estudante de pós-graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. Endereço para correspondência: Campus Universitário, Natal, RN, Brasil, CEP: 59078-970. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-8071-9263. E-mail: sol.alves.067@ufrn.edu.br.

these policies seek to expand access and promote the retention of historically underrepresented students, contributing to diversity and the democratization of knowledge. This work, produced by three quota students, aims to present the results of the profile of students benefiting from affirmative action policies in the Graduate Program in Social Anthropology at the Federal University of Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), based on data collected and analyzed by the Affirmative Action Commission in 2024. The research identifies students' socioeconomic, racial, gender, and territorial characteristics, allowing for an overview of their trajectories of admission and retention in the program. Furthermore, the study discusses the impacts of affirmative action policies in promoting academic equity and building inclusive institutional practices, providing insights for the continuous strengthening of affirmative action within PPGAS/UFRN.
Keywords: Affirmative Actions; Monitoring Committee; Graduate Studies; Student Retention; Quota Students.

CAMINOS Y DESAFÍOS DEL SEGUIMIENTO DE LAS POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA

RESUMEN
Las políticas de acción afirmativa surgen como instrumentos para enfrentar las desigualdades históricas y estructurales que marcan a la sociedad brasileña, especialmente en los ámbitos educativos y académicos. En el contexto de los estudios de posgrado, dichas políticas buscan ampliar el acceso y promover la permanencia de estudiantes históricamente subrepresentados, contribuyendo a la diversidad y a la democratización del conocimiento. Este trabajo, producido por tres alumnas beneficiarias de las cuotas, tiene como objetivo presentar los resultados del perfil de los estudiantes beneficiarios de las políticas de acción afirmativa en el Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), a partir de los datos recogidos y analizados por la Comisión de Acciones Afirmativas en 2024. La investigación identifica características socioeconómicas, raciales, de género y territoriales de los estudiantes, lo que permite trazar un panorama sobre sus trayectorias de ingreso y permanencia en el programa. Además, el estudio discute los impactos de las políticas afirmativas en la promoción de la equidad académica y en la construcción de prácticas institucionales inclusivas, aportando elementos para el fortalecimiento continuo de las acciones afirmativas en el ámbito del PPGAS/UFRN.
Palabras clave: Acciones Afirmativas; Comisión de Seguimiento; Posgrado; Permanencia Estudiantil; Estudiantes con cupo.

INTRODUÇÃO

A defesa de uma educação democrática está no centro das lutas de grupos historicamente marginalizados incluindo o movimento negro, os povos indígenas, os povos ciganos, comunidades quilombolas, pessoas travestis e transexuais como estratégia fundamental no enfrentamento ao racismo, à transfobia, discriminação de gênero e às desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Essa pauta aparece de forma recorrente nas organizações negras do século XX, que também se inspiraram em referências internacionais, tais como o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos, nos anos 1950 e 1960, as lutas de libertação e os processos de descolonização dos países africanos de língua oficial portuguesa, nos anos 1960 e 1970, e a articulação internacional pelo fim do regime do Apartheid (1948 a 1994), na África do Sul (Gomes et al., 2021, p. 3).

De acordo com Feres Júnior (2018), no Brasil, a expressão "ação afirmativa" ficou mais conhecida depois da redemocratização, principalmente por causa da luta e da militância dos movimentos negros, que passaram a usar esse termo para reivindicar seus direitos de forma organizada e visível na sociedade. Nesse cenário, a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, representou um divisor de águas: o Brasil, ao assumir compromissos internacionais de combate ao racismo, passou a reconhecer oficialmente a existência do racismo estrutural e a necessidade de políticas de ação afirmativa. Embora a luta tenha ganhado novos contornos no começo do século XXI, a organização politica em defesa da educação diferenciada para pessoas negras já existia desde 1930, como sinaliza (Domingues, 2008)

Esse processo de luta que se estendeu por várias décadas, foi fundamental para a consolidação das pautas antirracistas e para a formulação de políticas públicas voltadas à equidade racial, especialmente no campo da educação que permaneceu no centro das reivindicações, tanto no acesso de crianças à Educação Básica quanto na ampliação da presença de jovens negros e negras no ensino superior, o que é considerado uma estratégia fundamental para a mobilidade social e o enfrentamento ao racismo estrutural (Gomes et al., 2021).

Para compreender o debate atual sobre ações afirmativas, é necessário retomar a crítica ao mito da democracia racial, elaborada por intelectuais como Nascimento (1978), Kabengele Munanga (2004). Este último, explica que tal mito exalta a ideia de convivência harmoniosa entre diferentes grupos sociais e étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo que as populações não brancas reconheçam os mecanismos de exclusão de que são vítimas (Munanga, 2004, p. 89). A denúncia dessa falsa democracia racial foi central para a reorganização do movimento negro entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, abrindo caminho para a luta contra o racismo e por políticas específicas de igualdade. Nesse percurso, Munanga também se destacou na defesa das cotas raciais, respondendo a críticas recorrentes a essas políticas. Mais recentemente, Vera Rodrigues (2023) sistematiza os principais argumentos contrários e favoráveis às ações afirmativas, demonstrando como as

tensões em torno da legitimidade dessas políticas permanecem presentes, ainda que hoje situadas em um contexto de maior consolidação.

Apesar das desigualdades estruturais persistirem, atravessando não apenas a raça, mas também o gênero, a orientação sexual e a identidade de pessoas transexuais travestis e intersexo. Esse panorama evidencia a necessidade de uma perspectiva interseccional, capaz de reconhecer como diferentes marcadores sociais de opressão se combinam e se manifestam, como demonstrado em 2018, quando o governo federal cancelou um edital voltado a pessoas transgêneras e intersexo sob a justificativa de que a Lei de Cotas não previa candidaturas desse público.

Márcia do Nascimento (2017) afirma que a escravidão foi a base da desigualdade estrutural no Brasil, criando uma sociedade excludente marcada pela diferenciação entre uma elite privilegiada e um povo negro e pobre, com poucas oportunidades de escolarização. Para ela, a herança escravocrata se manifesta ainda hoje nas formas de discriminação e preconceito que atravessam a vida cotidiana.

Diante de desigualdades estruturais, as ações afirmativas assumem um caráter profundamente transformador, uma vez que não basta garantir o acesso à universidade é preciso assegurar também a permanência. Elas permitem que sujeitos historicamente marginalizados não apenas ingressem nos espaços acadêmicos, mas também contribuam para a reestruturação das epistemologias, práticas pedagógicas e relações de poder dentro das universidades.

Nesse contexto, Vera Rodrigues (2023) propõe uma reflexão sobre as trajetórias das ações afirmativas, utilizando a metáfora do "facão" para o período 2000-2012 — marcado por embates intensos e conquistas iniciais — e do "bisturi" para 2012-2022, caracterizado pela consolidação e refinamento das políticas. Essa análise evidencia que o percurso das cotas raciais não se restringe à abertura de vagas, mas se articula com lutas pela permanência, legitimação e valorização das presenças historicamente silenciadas. No entanto, mesmo após duas décadas de implementação, tais políticas ainda enfrentam resistências institucionais, invisibilização de identidades não normativas e barreiras estruturais que colocam em xeque a efetividade de sua função transformadora.

É justamente diante dessas desigualdades estruturais que se insere a atuação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN) que, desde a implementação das ações afirmativas, tem reafirmado seu compromisso com a diversidade e a equidade no acesso à pós-graduação. A partir de 2021, o programa passou a registrar o ingresso de estudantes por meio de diferentes modalidades afirmativas, abrangendo cotas destinadas a pessoas pretas e pardas, bem como o edital étnico, voltado para candidatos quilombolas, ciganos e indígenas.

Em 2023, essa política foi ampliada de forma significativa, com a inclusão de pessoas transexuais e travestis, entre os grupos contemplados, marcando um avanço importante no reconhecimento no âmbito das interseccionalidades das desigualdades sociais. Conforme Patricia Hill Collins (2021), essas desigualdades resultam do cruzamento entre gênero, raça, classe e sexualidade. Essa ampliação reflete não apenas a inclusão de novos grupos, mas também um entendimento mais profundo das opressões estruturais, fruto de uma construção colonial. Essa trajetória evidencia que o esforço pela entrada de grupos historicamente marginalizados não foi simplesmente concedido, mas construído coletivamente, muitas das vezes em meio a tensões e disputas.

O presente trabalho surge do esforço e do compromisso de sistematizar dados de fundamental relevância para a compreensão e o desenvolvimento das ações afirmativas. No decorrer deste estudo, apresentaremos os dados coletados pela Comissão de Ações Afirmativas do PPGAS-UFRN referentes ao ano de 2024.[4] Sendo assim, o esforço de construir o presente texto parte da iniciativa de três alunas de ações afirmativas, duas do doutorado e uma do mestrado em Antropologia Social vindas dos estados da Paraíba, Ceará e Piauí para fazer pós-graduação no estado do Rio Grande do Norte.

Entendemos que diferentes corpos, de diferentes territórios, que estão presentes na pós-graduação contribuem para distintas formas de experiências e produção acadêmica. O texto foi produzido de forma colaborativa entre as três autoras,

[4] Vale destacar que Cristhyan Kaline e Sol Alves atuaram como representantes discentes da Comissão de Ações Afirmativas, enquanto Gabriela Novaes Santos foi a representante discente do PPGAS.

e os dados coletados e os resultados apresentados estão imbricados nas vivências acadêmicas e políticas de cada uma.

Também compreendemos essas iniciativas e a possibilidade de cursar uma pós-graduação na região Nordeste como parte de um projeto coletivo no qual depositamos nossas esperanças e esforços. Esse projeto nos convida a refletir sobre os motivos que nos movem a estudar, as perspectivas que desejamos construir e, sobretudo, a reconhecer na educação o maior e mais transformador projeto de nossas vidas.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de criar e fortalecer comissões de acompanhamento das políticas de ações afirmativas, com a participação efetiva de docentes e discentes. Essas instâncias são essenciais para avaliar continuamente os desafios relacionados ao acesso e à permanência na universidade, nos cursos de graduação e pós-graduação.

As ações afirmativas devem ser compreendidas como um compromisso coletivo e institucional, que exige corresponsabilidade, escuta e engajamento de todo o corpo acadêmico para promover transformações reais nas práticas cotidianas das universidades brasileiras.

A "Lei de Cotas" na UFRN

Em 2012 o Brasil passou por um marco histórico na discussão sobre políticas de reparação histórica das desigualdades sociais e étnico-raciais através da Lei nº 12.711, uma das práticas que integram as Políticas das Ações Afirmativas. Na UFRN, essa lei, que reorganiza a distribuição de vagas das IFES, entrou em vigor a partir de 2013 (Renan Pereira, 2023). Essa mudança nas políticas de ingresso nos cursos de graduação em âmbito federal impactou o perfil discente dos cursos e desencadeou uma luta pelo estabelecimento das Políticas das Ações Afirmativas também nos programas de pós-graduação.

Apesar da mobilização, a aplicação de cotas na pós-graduação não possui uma legislação específica, mas sim uma Nota Técnica do MEC nº 13/2016 (Brasil, 2016) que recomenda a aplicação das políticas de ações afirmativas para pessoas negras (pretas e

pardas), indígenas e com deficiência nos programas de pós-graduação do Brasil (Santos, 2023).

Com o crescimento da pós-graduação no país, que em 2020 chegou ao aumento de 122% quando comparado ao ano de 2010 (Santos, 2023), a ausência de uma legislação específica que torne obrigatório nos PPGs o cumprimento, diagnóstico e avaliação das ações afirmativas tem impacto negativo na continuidade e efetividade dessas políticas.

Como atesta Renato Santos (2023) em sua pesquisa sobre as cotas nos PPGs da UFRN, a questão regional também exerce influência sobre o acesso à pós-graduação. Os dados mostram um aumento significativo das vagas e a sua concentração regional. A região Sul acumula o maior número de discentes, com 21%, mas o Nordeste se apresenta como a região com maior crescimento na oferta de vagas desde 2000, acumulando 19% de discentes.

Ao mesmo tempo em que as cotas na graduação foram implementadas na UFRN, os dados apresentados por Santos (2023) demonstram como no mesmo ano, em 2013, o número de pessoas autodeclaradas negras na UFRN eram maioria na pós-graduação *stricto sensu* da UFRN. Em 2020, a maioria discente nos programas de pós-graduação da UFRN eram negros, apesar de estarem divididos de forma desigual pelas áreas de conhecimento.

Fundado em 2005, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social foi o primeiro PPG da UFRN a implementar a Política de Ações Afirmativas em 2015, com edital de ingresso para o mestrado que oferecia um cálculo específico para ingressantes pretos e pardos e o lançamento do primeiro edital específico para pessoas indígenas ingressantes do mestrado. Nos anos seguintes, o edital específico abrangeu, gradativamente, quilombolas (2017/2018), ciganos (2020/2021) e trans e travestis (2022/2023). O edital específico para o ingresso no doutorado é mais recente, tendo sido implementado a partir de 2020/2021.

O histórico do PPGAS coloca o Programa como precursor na UFRN, e a sua política de ingresso para mestrado e doutorado, através dos editais, apresenta o seu compromisso com o avanço das Políticas de Ações Afirmativas nos PPGs. Em contraposição à Nota Técnica do MEC nº 13/2016, as ações afirmativas nos PPGs da UFRN

só adentraram a agenda decisória da instituição a partir de 2020, através da cobrança de movimentos sociais. E, somente em 2022, foi aprovada a Resolução nº 8/2022, no âmbito do CONSEPE, que garante a reserva mínima de 10% de vagas para pessoas negras *ou* indígenas e PCDs (Santos, 2023).

A implementação de Comissões de Ações Afirmativas realizada pelo PPGAS é mais um marco da continuidade da aplicação das ações afirmativas ao reconhecer que a sua execução não se limita ao ingresso dos estudantes. É urgente que dados sejam gerados sobre as realidades de cada PPG para um acompanhamento que avalie qualitativa e quantitativamente as cotas na pós-graduação brasileira.

Reforçamos como esses avanços, no âmbito do acesso à pós-graduação no Brasil, resulta da luta histórica do movimento negro. A sua mobilização política na UFRN e os seus resultados apontam a sua importância na luta pela justiça social (Santos, 2023).

Produção de dados da Comissão de Ações Afirmativas

Mesmo com a presença cada vez maior de pessoas cotistas, incluindo negros, indígenas, ciganos, quilombolas, pessoas transexuais e travestis os dados sobre nós têm sido historicamente negligenciados pelos principais bancos de dados do país sobre educação. Não há informações sobre os nossos perfis étnico-raciais enquanto estudantes de pós-graduação no Brasil nos bancos de dados do Censo do Ensino Superior, da CAPES e do CNPq (Santos, 2023). Essa ausência de dados dificulta o acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas abrangentes do território nacional. As pesquisas que investigam o perfil estudantil atendido por essas políticas utilizam dados étnico-raciais incongruentes, como do IBGE e do MEC.

Em 2021, instaurou-se um novo ciclo de debates em torno da revisão da Lei 12.711/12 (Lei de Cotas), envolvendo diferentes atores sociais, como políticos, juristas, intelectuais e militantes antirracistas. Nesse contexto, a ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2022) elaborou o relatório sistematização de argumentos sobre a lei de cotas, no qual mapeou os posicionamentos favoráveis e contrários à política. Nesse contexto, a antropóloga Vera Rodrigues (2023) apresenta os argumentos contrários a tais políticas, bem como os favoráveis. De um lado os críticos insistiam em

argumentos como a suposta falta de preparo dos cotistas, a dificuldade de definir quem é negro no Brasil ou a ideia de que as cotas promoveriam um "tribunal racial". De outro, movimentos negros pesquisadores defendiam a política como um instrumento fundamental de justiça social e reparação histórica.

Apesar do acirramento desse debate, observa-se que a própria produção de dados oficiais sobre os efeitos das cotas permanece marcada por lacunas significativas. Como lembra Santos (2023). Essa ausência de informações gera paradoxo: ao mesmo tempo em que a presença cotista cresce mobiliza debates públicos intensos, sua trajetória acadêmica continua sendo invisibilizada estatisticamente, o que limita a avaliação e o acompanhamento das políticas de ações afirmativas em escala nacional.

A Nota Técnica do MEC nº 13/2016 prevê em seu artigo 3º que a CAPES seja responsável pela implementação e coordenação do censo discente da pós-graduação brasileira. Somente em 2024 a CAPES anunciou a implementação da Portaria nº 99/2024 (CAPES, 2024), que institui o Censo da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. Através de plataforma digital, o Censo coletará dados sobre os perfis demográficos, socioeconômicos, culturais, étnico-raciais e específicos das áreas de atuação de cada discente. Informações sobre educação especial e gênero também serão avaliadas. Até outubro de 2025 não existem notícias oficiais sobre o início da coleta de dados, que estava prevista inicialmente para ocorrer no ano corrente.

A UFRN representa um avanço importante sobre essa geração e armazenamento de dados. Através da Plataforma Dados Abertos, é possível acessar dados estratificados por gênero e autodeclaração étnico-racial. Ao fazer uma análise quantitativa dos dados apresentados pela Plataforma, Santos (2023) aponta em sua pesquisa o crescimento do número de pessoas negras que acessam os programas de pós-graduação da UFRN entre os anos de 2000 e 2020. Apesar do avanço, esses dados não são suficientes para realizar diagnósticos sobre a implementação das ações afirmativas em cada PGG.

A partir dos Dados Complementares de Discentes disponibilizados pela instituição na Plataforma, as informações são insuficientes e por vezes de caráter anacrônico. Dois exemplos são as opções de autodeclaração de sexo (Masculino e Feminino) e de raça (negro e pardo). Com informações de discentes que ingressaram a

partir de 1969, os Dados informam também sobre ano de nascimento, bairro, nível, cidade e município do curso superior, estado e cidade de origem, curso, forma de ingresso, situação da matrícula e se o discente é cotista.

Em 2024 uma comissão temporária de ações afirmativas foi criada para diagnosticar e avaliar o impacto das ações afirmativas entre estudantes ingressantes pelas cotas. Composta por dois docentes e duas discentes, Sol Alves de Lima e Cristhyan Kaline Mineiro, a comissão de ações afirmativas teve como objetivo realizar um diagnóstico dos alunos de ações afirmativas. Foi realizada uma reunião em 28 de agosto de 2024 na qual a comissão foi apresentada aos alunos do Programa, a partir da reunião alguns pontos foram levantados pelos alunos. A partir dessa reunião, a comissão elaborou um questionário que foi aplicado aos estudantes do PPGAS que ingressaram por meio das ações afirmativas.

Devido a questões logísticas, o encontro ocorreu de forma online, o que possibilitou a participação de estudantes de diferentes regiões. A partir dessas discussões, a comissão definiu como prioridade a elaboração de um formulário diagnóstico em plataforma online, cujo objetivo foi identificar o perfil dos estudantes ingressos pelas ações afirmativas, compreender suas trajetórias acadêmicas e mapear os principais desafios enfrentados em relação à permanência, às condições materiais e às experiências no cotidiano do programa. Esse instrumento também buscou coletar propostas e sugestões dos próprios estudantes, de modo a subsidiar a construção de ações concretas e políticas institucionais mais sensíveis às realidades e demandas das/os discentes.

Metodologia

Para realizar o levantamento sobre o perfil e as experiências dos estudantes ingressantes por ações afirmativas no PPGAS/UFRN, adotamos uma metodologia mista baseada em instrumentos de coleta de dados quantitativos e qualitativos. O recorte da pesquisa corresponde ao período de 2021 a 2024, permitindo identificar tendências recentes de ingresso, permanência e vivências acadêmicas desses discentes. Inicialmente, elaboramos um questionário estruturado no Google Forms, contendo

questões sobre dados pessoais (nome, idade, status atual), identificação racial, gênero, modalidade de ingresso (pretos, pardos, indígenas, quilombolas, travestis/transexual), acesso e utilização de políticas de permanência (bolsa, auxílio-moradia, alimentação, entre outros), bem como percepção sobre o compromisso institucional com a manutenção das ações afirmativas.

O questionário também abordou a avaliação dos estudantes sobre o compromisso do corpo docente do Programa com a promoção da diversidade, a relevância do conteúdo programático, participação prévia em comissões ou avaliações de políticas afirmativas, percepção sobre a diversidade do corpo docente, impactos das políticas afirmativas em suas trajetórias acadêmicas e sugestões de melhorias para o programa. Complementarmente, discutimos os resultados em grupos, promovendo rodas de diálogo entre membros da comissão, de modo a aprofundar a compreensão das respostas e identificar nuances qualitativas que pudessem não ser captadas apenas pelos dados quantitativos. Essa abordagem permitiu construir um panorama detalhado e participativo sobre a implementação e os efeitos das políticas afirmativas no PPGAS/UFRN.

Os resultados obtidos por meio da resposta de 17 alunos de ações afirmativas que responderam o formulário, indicam que 5,9% dos discentes ingressaram em 2019, mesma porcentagem observada para 2020. Já os anos de 2021, 2022 e 2023 registraram cada um 11,8% das respostas. O dado mais expressivo é referente a 2024, quando 35,5% dos participantes afirmaram ter ingressado no Programa, evidenciando um aumento significativo no número de estudantes provenientes das ações afirmativas nesse período.

Tabela: Perfil dos estudantes de ações afirmativas do PPGAS/UFRN (2021-2024)

Ano de ingresso	Mestrado	Doutorado	Faixa etária	Identidade racial	Identidade de Gênero
2021	2	3	25-30 anos (58,8%)	Negros (41,2%)	Mulheres cis (41,2%)
2022	3	5	25-30 anos (58,8%)	Negros (41,2%)	Mulheres cis (41,2%)
2023	3	4	25-30 anos	Negros (41,2%)	Mulheres cis

			(58,8%)		(41,2%) / Travestis
2024	3	4	25-30 anos (58,8%)	Indígenas (17,6%) / Negros (41,2%)	Travestis (23,5%)

Fonte: Comissão de Ações Afirmativas (2024)

Os dados sobre a idade da maioria têm entre 25 e 30 anos (58,8%), seguida pelo grupo de 31 a 40 anos (35,3%), enquanto uma parcela menor, de 5,9%, têm entre 41 e 50 anos. Isso sugere que a maior parte dos ingressantes está em uma fase inicial ou intermediária da trajetória acadêmica e profissional, com menor presença de estudantes mais velhos.

Os dados sobre identificação racial mostram que 41,2% dos discentes se autodeclaram negros, 5,9% pardos, 5,9% ciganos, 17,6% indígenas e 29,4% brancos. A soma de negros e pardos representa 47,1% dos participantes, indicando uma presença significativa de pessoas racializadas no PPGAS.

As opções "negros" e "pardos" foram apresentadas separadamente no formulário da pesquisa. Entretanto, reconhecemos que essa escolha exige esclarecimento conceitual, uma vez que a categoria "negro" é frequentemente empregada para abranger pessoas pretas e pardas no debate racial brasileiro. A discussão desenvolvida por Ysmael Souza (2024), especialmente na seção "Os pardos: a dúvida", contribui para problematizar essa questão. Ao analisar os procedimentos de heteroidentificação racial, o autor evidencia as dificuldades de estabelecer limites objetivos para a classificação de pessoas pardas, bem como as tensões entre autodeclaração e reconhecimento social. Essas reflexões demonstram que as categorias raciais envolvem disputas de classificação e não devem ser tratadas como termos de significado necessariamente evidente. Nesse sentido, reconhecemos que a apresentação de "negros" e "pardos" como alternativas distintas pode gerar ambiguidade.

A distribuição percentual evidencia que a categoria "negros" foi a mais selecionada entre as alternativas de identificação racial, correspondendo a 41,2% dos

participantes, enquanto 5,9% se identificaram como pardos. A apresentação dessas categorias em separado permite observar como os próprios participantes se posicionaram diante das opções disponibilizadas no formulário, sem pressupor que tenham atribuído a elas significados idênticos ou distintos daqueles presentes no debate racial brasileiro. Desse modo, optamos por preservar os dados conforme registrados na pesquisa, considerando que a reunião posterior dessas categorias poderia apagar particularidades das respostas e comprometer a fidelidade à forma como os participantes se autodeclararam.

Os dados sobre identidade de gênero mostram que 41,2% dos discentes se identificam como mulheres cisgêneras, enquanto 29,4% são homens cisgêneros. Pessoas travestis representam 23,5% do total, e 5,9% se identificam como não binárias. Esses números indicam uma presença significativa de pessoas trans, travestis e não binárias no PPGAS, refletindo a implementação e ações das políticas afirmativas na inclusão de identidades de gênero diversas, ainda que a maioria dos discentes seja cisgênero.

Os principais desafios enfrentados pelos discentes ao longo da trajetória acadêmica estão relacionados a questões socioeconômicas, dificuldades de permanência, exigências acadêmicas e fragilidades de suporte institucional. Muitos destacam a dificuldade de conciliar estudos com trabalho e sustento familiar, mesmo quando contemplados com bolsas, cujo valor é insuficiente para garantir uma vida saudável. Além disso, a falta de políticas de permanência adequadas, como auxílio-moradia e alimentação, impacta diretamente quem vem de outras cidades, zonas rurais.

A acessibilidade também aparece como um entrave, seja no deslocamento para a universidade ou na necessidade de permanecer na cidade para acompanhar as atividades acadêmicas. O formato do Programa, a carga de leituras e a exigência acadêmica são apontados como desafios para acompanhar o ritmo da turma, especialmente para estudantes de formações distintas. Além disso, a relação com a orientação acadêmica é um ponto crítico, com queixas sobre o excesso de orientandos e a falta de acompanhamento sensível às individualidades de cada aluno. É importante apontar que isso não se aplica ao corpo docente de uma forma geral, mas que é

necessária uma atenção diferenciada e escuta atenta aos estudantes de ações afirmativas.

Além disso, foi apontado que há uma lacuna no currículo, que precisa estar alinhado às discussões da própria Antropologia, incluindo a participação ativa de sujeitos historicamente marginalizados. A ausência de referências travestis em temáticas que abordam suas vivências exemplifica essa defasagem. Ainda, o desrespeito à identidade de gênero, como o uso inadequado de pronomes no dia a dia, evidencia barreiras estruturais que comprometem a inclusão e o pertencimento no programa de pós graduação.

Ademais, no relatório, a saúde mental emerge como uma preocupação central na trajetória acadêmica. A falta de espaços de acolhimento e apoio institucional agrava essa situação, tornando problemas de ansiedade e esgotamento frequentes entre os alunos. Nesse contexto, a construção de redes de apoio entre colegas, a implementação de estratégias de organização e a existência de mentorias mais estruturadas aparecem como elementos fundamentais para promover um percurso acadêmico mais saudável na pós-graduação.

A estadia é apontada como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles que vêm de outras cidades, regiões rurais ou territórios indígenas. A ausência de políticas de permanência adequadas oferecidas para a pós-graduação, como auxílio-moradia e suporte para deslocamento, torna a permanência no curso um grande desafio. Muitos precisam contar com redes de apoio ou enfrentar condições precárias para se manterem na universidade, o que impacta diretamente seu desempenho acadêmico e bem-estar. Além disso, a realização de eventos e atividades até tarde da noite na universidade dificulta ainda mais a mobilidade, especialmente para aqueles que dependem de transporte público ou precisam percorrer grandes distâncias para retornar às suas casas.

A falta de um laboratório de apoio ao trabalho científico foi apontada como uma dificuldade, impactando a realização das pesquisas e o desenvolvimento acadêmico. O programa possui algumas salas de grupos de estudos, todavia elas não são suficientemente equipadas para atender os alunos. Ademais os estudantes que

ingressaram no mestrado durante a pandemia enfrentaram desafios agravados pela ausência de bolsa, dificultando sua permanência acadêmica.

A discriminação racial e de gênero também foi mencionada nos dados coletados. Um dos principais desafios apontados no PPGAS é a falta de compreensão, por parte do corpo docente, sobre as especificidades dos estudantes que ingressaram por meio das ações afirmativas. Muitos relataram dificuldades na adaptação ao ambiente acadêmico devido à ausência de acolhimento e ao desconhecimento, por parte do corpo docente, das realidades e trajetórias desses discentes. A falta de flexibilidade nas exigências acadêmicas e a reprodução de hierarquias dentro do Programa contribuem para a sensação de exclusão e deslegitimação de suas presenças e pesquisas. Essa barreira institucional reforça desigualdades e dificulta a permanência desses estudantes, evidenciando a necessidade de um maior compromisso do programa com práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às demandas das ações afirmativas.

A avaliação do impacto das políticas afirmativas na formação acadêmica e profissional foi amplamente positiva. A maioria dos discentes (58,8%) atribuiu a nota máxima (5), indicando um impacto significativo dessas políticas em suas trajetórias. Além disso, 25,5% avaliaram com nota 4, reforçando a importância dessas ações para seu desenvolvimento. Apenas 11,8% deram nota 3, enquanto a menor parcela, 5,9%, avaliou com a nota mínima (1). Esses dados demonstram que as políticas afirmativas desempenham um papel essencial na inclusão e na permanência dos estudantes, proporcionando oportunidades concretas para sua formação e atuação profissional.

Os dados sobre o acesso às ações de permanência da UFRN indicam que a distribuição dos benefícios é variada, mas nem todos os estudantes conseguem acessar esses auxílios de maneira equitativa. Os benefícios mais utilizados foram o auxílio alimentação e o auxílio residência, ambos acessados por 25% dos discentes. O acesso gratuito ao Restaurante Universitário (RU) foi mencionado por 16,7% dos participantes. Já a bolsa de mestrado, o auxílio para participação em eventos e a ausência total de qualquer benefício foram apontados por 8,3% dos estudantes, cada um.

Esses números revelam que, embora existam políticas de permanência, uma parcela dos alunos ainda enfrenta dificuldades para se manter na universidade. Os dados

indicam que a maioria dos estudantes acessou políticas de permanência por períodos relativamente curtos, como auxílio alimentação por três a seis meses ou um a dois semestres. Além disso, há relatos de interrupção do suporte na transição entre mestrado e doutorado, o que pode impactar a permanência acadêmica.

O PPGAS pode fortalecer sua atuação e impacto ampliando o destaque das questões étnico-raciais, incorporando mais disciplinas sobre o tema, promovendo cursos de letramento racial para docentes, bem como ofertando disciplinas que dialoguem diretamente com as pesquisas dos discentes. Além disso, a presença de orientadores e coorientadores indígenas e negros pode contribuir para uma maior diversidade e representatividade no programa. Também é essencial criar espaços coletivos para discussão e aprendizado sobre essas questões.

No âmbito da inclusão e permanência, é necessário expandir o número de bolsas, especialmente para doutorado, garantir o acesso ao restaurante universitário para bolsistas e criar um fundo de apoio para moradia e transporte. A divulgação dos editais de ações afirmativas também precisa ser ampliada para alcançar as populações específicas. Além disso, o programa deve oferecer suporte mais eficiente aos estudantes, incluindo acompanhamento psicológico e mentorias acadêmicas, melhorar o acompanhamento burocrático para estudantes estrangeiros. A falta de suporte eficiente no acompanhamento burocrático para obtenção e renovação de visto dificulta a permanência de estudantes internacionais no programa, assim como a baixa participação docente nas atividades discentes compromete a construção de um ambiente acadêmico mais integrado e colaborativo.

A redução da sobrecarga acadêmica e a flexibilização curricular também são fundamentais para garantir um ambiente de aprendizado mais equilibrado. No que diz respeito às práticas pedagógicas, é importante estimular metodologias mais horizontais e participativas, valorizar a autonomia discente e reformular o formato das aulas para evitar a mera repetição dos processos pedagógicos da graduação. A cultura acadêmica precisa ser transformada, reduzindo a competitividade excessiva e incentivando um ambiente mais colaborativo.

Também é necessário reconhecer o engajamento discente em projetos como a Revista Equatorial (Revista discente do Programa) e promover momentos de escuta especializada por parte dos docentes. Além disso, o programa deve se comprometer com a renovação de seus debates internos, entendendo os impactos das ações afirmativas e enfrentando questões estruturais como racismo, transfobia e machismo.

Diante dos resultados do questionário aplicado aos alunos do Programa ficou evidente que é preciso desenvolver mais discussões sobre as ações afirmativas, promovendo espaços de escuta ativa dos estudantes, bem como organizar reuniões para avaliar como essas políticas estão sendo implementadas e quais ajustes são necessários na prática. É essencial promover atividades envolvendo todo o programa para discutir essas iniciativas e avaliar as contribuições de discentes, docentes, coordenação e prós reitorias. . Além disso, é fundamental questionar continuamente o PPGAS, garantindo que essas políticas sejam efetivas e transformadoras.

Lisboa e Gaudadrd (2026) se fazem a seguinte pergunta "quantas professoras/es negras/os tivemos em nossa trajetória escolar na escola básica? E na universidade? ". No artigo "Professoras negras na educação básica e na universidade: questão nodal na educação popular" as autoras chamam a atenção para importancia da representatividade negra no âmbito do ensino antirracista, tanto na educação básica como no ensino superior.

Indo ao encontro do argumentos da autoras supracitadas, a contratação de professoras e professores negros seria um avanço importante, é fundamental que o PPGAS reconheça a complexidade das ações afirmativas e se comprometa com mudanças estruturais que promovam um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e transformador.

A distribuição dos percentuais indica um envolvimento diversificado em diferentes movimentos sociais, com destaque para pautas ligadas à diversidade de gênero e sexualidade, como o movimento LGBTQIAPN+ (26,7%) e o movimento de travestis e transexuais (13,3%). No âmbito das questões étnico-raciais, observa-se uma presença significativa do movimento indígena (13,3%), enquanto movimentos como o quilombola, negro e cigano apresentam menor representação (6,7% cada). Isso sugere a

necessidade de um fortalecimento dessas articulações dentro do programa, garantindo maior visibilidade e participação nas discussões sobre raça e etnicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da aplicação das Ações Afirmativas, fica explícita a dificuldade ainda persistente em se nomear e discutir o racismo e a transfobia dentro do espaço acadêmico no cotidiano. A presença das pessoas cotistas levanta questões sobre o funcionamento normalizado dos programas e seus modos de funcionamento. Essas questões surgem quando no cotidiano, no decorrer das relações. O que é preciso ser destacado é a relevância dada às questões colocadas, escolhendo entre o silenciamento ou a mudança coletiva e consciente.

Embora este levantamento tenha como recorte o PPGAS/UFRN, os dados e experiências aqui apresentados dialogam com questões mais amplas que atravessam a pós-graduação brasileira. A ampliação do acesso, possibilitada pelas ações afirmativas, tem sido um avanço inegável na diversificação do corpo discente; contudo, ao mesmo tempo, os dados apresentados descortinam a permanência de práticas de racismo, transfobia e outras formas de exclusão que seguem naturalizadas no cotidiano acadêmico.

O presente texto evidenciou que presença de estudantes cotistas tensiona lógicas institucionais estabelecidas e aponta para a urgência de repensar não apenas políticas de ingresso e permanência, mas também as formas de produzir e legitimar conhecimento dentro da universidade. Reconhecer essas vozes e experiências é fundamental para consolidar as ações afirmativas como políticas de transformação estrutural, que não se esgotam na abertura de vagas, mas demandam um compromisso coletivo com a construção de espaços acadêmicos mais democráticos e socialmente responsáveis.

O processo político das Ações Afirmativas retira do campo do individual comportamentos e violências que reforçam o racismo, compreendendo o funcionamento sistemático desse fenômeno. Além disso, como as informações mostram, a Lei de Cotas, ao trabalhar pelo acesso à educação superior de pessoas negras, ciganas,

indígenas, quilombolas e travestis, opera uma mudança de forma e conteúdo ao redor do fazer científico e das relações de poder em seu processo no interior dos programas de pós-graduação.

Com a falta de aporte legislativo e jurídico, as ações afirmativas na pós-graduação das IES não seguem uma obrigatoriedade de fazer o acompanhamento dos perfis discentes. Para além dos dados qualitativos, se mostra urgente a atualização e a periodicidade de sistemas de diagnóstico, tanto qualitativa quanto quantitativamente, sobre os programas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 12 mai. 2016. Disponível em: https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13. Acesso em: 08 ago. 2025.

CAPES. **Portaria CAPES nº 99, de 9 de abril de 2024**. Institui o Censo da Pós-Graduação stricto sensu brasileira. Diário Oficial da União, seção 1, 10 abr. 2024. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=14703#anchor. Acesso em: 08 ago. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GOMES, N. L.; Silva, P. V. B. Da.; Brito, J. E. De. Ações Afirmativas De Promoção Da Igualdade Racial Na Educação: Lutas, Conquistas E Desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, P. E258226, 2021.

LISBOA, A; GOUDARD, M.T.T; Professoras negras na educação básica e na universidade: questão nodal na educação popular. Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES, V. 30, N. 63, 2026, eISSN: 2526 -8449.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, Márcia Jucilene. **Por uma pedagogia crioula:** memória, identidade e resistência no quilombo de Conceição das Crioulas-PE. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RODRIGUES, Vera. Cotas Raciais: caminhos abertos entre o "facão" e o "bisturi". Revista Vértices, v. 25, n. 1, 2023.

SANTOS, Renato Lima dos. **A agenda decisória e as cotas raciais na pós-graduação:** uma análise qualitativa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2023. Dissertação (mestrado) — Instituto de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

SOUZA, Ysmael Rabino Marrocos Ventura. "Cota não é bagunça, é reparação": uma análise da implementação do procedimento de heteroidentificação racial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2024. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

PEREIRA, Renan Gonçalves. **Cotas raciais na UFRN:** uma proposta de orientação aos alunos no ingresso à instituição e uniformização dos procedimentos das bancas de heteroidentificação. Dissertação (mestrado) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

DOMINGUES, Pretrônio. **Um "templo de luz":** Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Artigos Rev. Bras. Educ. 13 (39). Dez 2008. https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Out. de 2025.
Aprovado: 12 de Out. de 2026.
Publicado: 21 de Out. de 2026..

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

MINEIRO, C.S; ALVES. S; SANTOS. G.N. Caminhos e desafios do acompanhamento das políticas de ações afirmativas: sob uma perspectiva cotista. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 64, 2026.